

**‘Ambientalização dos conflitos’,
indigenismo e lutas sociais
no Médio Solimões:
As terras indígenas
e o projeto Mamirauá¹**

Priscila Faulhaber

Resumo

O presente trabalho focaliza a emergência das mobilizações sociais produzidas na crescente ‘ambientalização dos conflitos’ verificada principalmente a partir dos anos 1990 com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). Os gestores da RDSM tornam-se interlocutores dos movimentos indígenas que apresentaram no campo político local suas reivindicações de direitos especiais ao uso da terra e dos recursos naturais, mas cujos pleitos territoriais e patrimoniais encontraram suporte no campo da política indigenista. Trata-se de pensar efeitos das controvérsias entre pesquisadores envolvidos com a política indigenista e a política ambiental no processo de emergência de categorias e redes sociais, no estudo dos conflitos e ambientais.

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no X Congreso Argentino de Antropología Social, Grupo de Trabajo: “De ecologías, riesgos y conservaciones: la relación naturaleza-cultura en la antropología del siglo XXI”.

Palavras-chave: Mobilizações sociais; ‘ambientalização dos conflitos’; reivindicações sociais; movimentos indígenas; antropologia das controvérsias; redes sociais.

Abstract

This work focuses on the emergency of social mobilizations produced on the crescent ‘environmentalization’ of conflicts verified after the 1990s, with the creation of the Mamirauá Sustainable Development Reserve (MSDR) area. The managers of the MSDR have become interlocutors of the indigenous movements that presented in the local political field their claims on special rights for land and natural resources usage but whose territorial and patrimonial claims have found support in the field indigenist policy. The aim of this work is to analyze the effects of the controversies between researchers involved with the indigenist and the environmental policy in the process of emergency of social categories and networks, studying the *identitary* and environmental conflicts.

Keywords: Social mobilizations; ‘environmentalization’ of conflicts; social claims; indigenous movements; controversy anthropology; social networks.

Na região polarizada pela cidade de Tefé (Médio Solimões/Amazonas), os movimentos indígenas preexistiram aos movimentos ambientais, que datam dos anos 80. O presente trabalho focaliza a emergência das mobilizações sociais e a crescente ‘ambientalização dos conflitos’ verificada principalmente a partir dos anos 1990, com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). Tais mobilizações têm sido caracterizadas por reivindicações de reconhecimento de base étnica e territorial.

Este trabalho se inspira na discussão sobre categorias étnicas e sociais envolvidas em um ‘modelo de tradução’ constituído pelo inter-

discurso formulado nas controvérsias sobre as unidades de conservação e as reservas indígenas, envolvendo ciências sociais e ciências da natureza. Partimos de um ‘distanciamento antropológico’ face ao ‘modelo de difusão’ sobre ‘desenvolvimento sustentável’ e sobre ‘política indigenista’. Tais ideias são propagadas por uma máquina técnico-científica concebida em termos mundiais e cujas ramificações e mecanismos são colocados em interação nas dinâmicas culturais locais.

Os pesquisadores envolvidos com a análise e a intervenção – seja sobre o campo indigenista seja sobre o campo ambiental – discutiram as implicações das categorias sociais subjacentes às identidades de ‘indígenas’ e ‘caboclos’, constituídas historicamente e redefinidas de acordo com os eventos circunstanciais dos movimentos sociais. As relações entre o movimento ecológico e o movimento indígena implicaram afirmação política de povos indígenas específicos, como os Miranha, os Ticuna e os Cambeba que vivem em terras contíguas à RDSM e são considerados usuários da área. As relações entre indigenismo alternativo e os movimentos ecológicos conduziram à constituição de novas agências representativas ainda que atravessadas por práticas tradicionais de delegação de poder.

‘Ambientalização dos conflitos’

O termo ‘ambientalização dos conflitos’ foi cunhado na discussão de conflitos sociais do trabalho, no que se refere a problemas relacionados à participação e ao controle público da poluição industrial (Lopes et al. 2004, Lopes 2006). No presente texto, emprego o mesmo referencial destes autores para analisar uma situação bastante diferente, no que diz respeito a movimentos indígenas em uma região específica da Amazônia brasileira, o Médio Solimões. Caracterizar extrativistas ribeirinhos do Solimões, que podem apresentar ou não o fator étnico em suas formas de mobilização como ‘trabalhadores rurais’, implica em uma simplificação. A mobilização de indígenas e extrativistas pobres tem sido vista como problemática do ponto de vista de atores políticos dominantes, em parte por não se enquadrar em um processo estrito senso explicável conforme variáveis recorrentes nas análises dos movimentos de classes trabalhadoras como a expropriação da mais valia industrial. As mobiliza-

ções ribeirinhas se caracterizam mais propriamente pelo aspecto cultural no sentido que a ‘ambientalização’ tem como resposta uma mobilização étnica acompanhada pela ‘patrimonialização’ das culturas indígenas e extrativistas, cujos produtos e bens dos quais dispõem em sua vida cotidianos na floresta e na beira rio, vistos como objetos de conservação cultural e ambiental, não recebem o mesmo sentido de valor atribuído aos bens industriais. O Museu Magüta, fundado em 1988 com a participação dos próprios índios Ticuna do alto e por eles dirigido desde 1997, apesar de todos os empecilhos econômicos e políticos, é um símbolo do potencial museológico das culturas indígenas amazônicas.

A emergência do fator ambiental é um denominador comum em mobilizações sociais no contexto posterior à conferência sobre meio ambiente realizada em Estocolmo, em 1972, registrando-se a partir desta data a criação de mecanismos de controle social relacionado ao meio ambiente em esfera nacional, internacional e local, por meio da criação de legislações, organismos públicos e outros instrumentos ‘oficiais’ de controle e governança. A tais mecanismos globais correspondeu a criação de agências estatais. No Brasil foi criada em 1981 ainda no governo militar, a Política Nacional de Meio Ambiente, que substituiu a Secretaria Especial do Meio Ambiente pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente (IBAMA). As novas determinações governamentais vieram a impor determinações ambientais a organismos preexistentes e existentes, como a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca criada ainda em 1972, com base numa legislação que remonta a 1962, ou seja, a tempos anteriores ao golpe militar brasileiro de 1964. No entanto, em áreas remotas da Amazônia, as práticas de preservação ambiental continuaram sendo vistas como uma ‘questão de polícia’. Ainda que a questão política da ‘defesa da Amazônia’ no Brasil em relação a projetos de internacionalização da região date do início do governo militar, os primeiros movimentos sociais da região foram lutas de caráter episódico incentivadas por agências confessionais e da sociedade civil. A significação da Amazônia como um fator de risco ambiental planetário só veio a se fazer notar do ponto de vista da opinião pública em geral a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro.

Entendo o processo de ‘ambientalização’ dos conflitos no Médio Solimões em uma perspectiva histórica, considerando as redes sociais

subjacentes as relações entre a política indigenista e a política ambiental no sentido de esclarecer formas de mobilização relacionadas à emergência de diferentes identidades sociais e das instâncias de participação de índios e não índios que vivem do trabalho agrícola e extrativo.

Em toda a Amazônia, a exploração do trabalho humano e dos recursos naturais, ao longo da história da colonização, tem sido exercida por intermédio do sistema de aviamento, o que tem eternizado a presença de relações de sujeição-dominância, exercida através de vínculos paternalistas acionados em proveito dos detentores dos meios de produção mediante vínculos de clientela constituídos historicamente.

Desde o início dos anos 60, o Médio Solimões foi alvo de planos governamentais tal como o de fixação do homem à terra. A partir dos anos 70 verificou-se a emergência de lutas ambientais incentivadas pela pastoral da pesca, bem como reivindicações de reconhecimento dos territórios indígenas incentivadas pela promoção de assembleias indígenas pela pastoral indigenista, ambas abrigadas pela Prelazia de Tefé. A atuação indigenista leiga se fez notar a partir da visita da antropóloga Silvia Tafuri, que identificou para a FUNAI a terra indígena Miratu. De 1980 a 89 realizei pesquisas antropológicas, associadas a projetos acadêmicos (Faulhaber 1983; 1992) nas terras indígenas de Miratu, Méria (Miranha), Marajá (Mayorúna), Jaqueri e Igarapé Grande (Cambéba) e Barreira da Missão (Ticuna, Cocama e Cambéba).

Preexistiram a estas pesquisas as lutas dos povos que vivem na floresta e na beira rio para dispor de um lugar no qual sua sobrevivência seja garantida, em conflitos sociais caracterizáveis como identitários, uma vez que implicam o aparecimento de identidades sociais associadas a aspirações territoriais. Trata-se de pensar a significação de lugares territoriais para aqueles que neles vivem, em termos dos efeitos da relação entre a política indigenista e a política ambiental no processo de emergência de categorias e redes sociais, dentro de uma perspectiva histórica do estudo dos conflitos identitários e ambientais e das instâncias de participação social (Faulhaber 2001).

As categorias sociais relacionadas com as identidades indígenas mostram-se quando representantes de movimentos de reivindicação territorial indígena apresentam-se como *Ticuna*, *Cambéba*, *Miranha*; enquanto que as identidades sociais referem-se às categorias de pescador, agricultor, produtor rural, em movimentos de mobilização social rela-

cionados com a política agrícola, extrativista e ambiental. Em tais movimentos, essas categorias são apresentadas, ainda que indiretamente, em contraposição aos proprietários dos barcos pesqueiros e dos frigoríficos, e, diretamente, em relação aos intermediários que atuam a serviço de tais proprietários, considerados como ‘invasores’, tais como os pescadores e ‘atravessadores’, relacionados com mecanismos de intervenção dentro do sistema de exploração e comercialização dos produtos agrícolas e extrativos, mediante mobilização da força de trabalho.

Os movimentos sociais implicam a intervenção de mediadores, tais como os representantes indígenas e agentes de mobilização social dos segmentos ribeirinhos, que se apresentam na relação com representantes do poder local, como prefeito, vereadores etc. A relação entre atores manifesta-se, portanto dentro de um campo político constituído regionalmente no terreno das ideologias étnicas e de dominação, que constituem o pano de fundo e o interdiscurso, que informa os planos governamentais, a política indigenista, os movimentos étnicos e os movimentos de reivindicação territorial por não-índios. Tais ideologias étnicas e de dominação tornam-se visíveis através de termos estigmatizadores e pelos quais os índios são caracterizados como ‘preguiçosos’, ‘cachaceiros’, ‘ladrões’. Estes termos são exemplos de uma visão, constituída no processo histórico de conquista colonial que representou a subjugação dos povos pré-colombianos. Tal visão funciona como uma justificativa de que os índios não sejam considerados como dignos dos direitos de Cidadania, em igualdade de condições com outros que sejam considerados como legítimos representantes da etnia nacional, tal como os membros das famílias que detêm o controle do acesso aos recursos econômicos e políticos. Nestas condições, até os dias de hoje, quando se fala que alguém foi ‘criado como índio’ isto implica dizer que é considerado que esta pessoa deve trabalhar para quem o criou sem receber remuneração financeira (Faulhaber 1987).

Seguindo formulações de Bruno Latour, o exame da “ciência em ação” irá mostrar como a ciência opera dentro de uma rede de comprometimentos que se compõem e recompõem. Latour utiliza o termo “tradução” para descrever esta “recomposição de interesses” (Latour 1988:189). Na sua segunda “regra de método”, o autor toma a regulação das controvérsias na prática científica como causa das representações da natureza, e não o contrário, invertendo a proposição que busca em um

determinado estado de natureza as causas da controvérsia científica. Levando adiante este raciocínio, formula sua terceira “regra de método”, na qual afirma que, como a regulação de uma controvérsia é a causa de uma representação estável da sociedade, não se deve partir da explicação do porque e do como se resolveu uma controvérsia a partir do “estado de sociedade” (Latour 1988:426). Segundo este autor, a “ciência em ação” observa como a ação dos pesquisadores acarreta a construção social de fatos e artefatos.

No caso dos institutos de pesquisa da Amazônia, tem sido relevante construir problemas relacionados com o “desenvolvimento sustentável”, bem como a criação de unidades de conservação, tomadas dentro da presente reflexão como artefatos sociais. A comparação de (Latour 1989:232), entre o “modelo de difusão” e o “modelo de tradução” é interessante para indicar os problemas respectivos sobre a forma de conceber os projetos de desenvolvimento sustentável. Dentro de uma perspectiva de cristalização da ciência baseada em um modelo de difusão, os problemas sociais aparecem como causa das investigações sociológicas e a defesa da ecologia como causa das investigações em ciências naturais. As explicações dentro dos enfoques destas disciplinas se apresentam como assimétricos. No modelo de tradução, pelo contrário, estes dois enfoques seriam simétricos em relação com suas explicações, visto que uma “ciência em ação” da sociedade tem por consequência “estados do coletivo” em transformação. Em contrapartida, uma “ciência em ação” da natureza tem por resultado “estados das coisas” em permanente transformação, conforme as “regras de método” acima apresentadas, propostas por Bruno Latour em seu livro *A ciência em ação* (1988). Dentro do modelo de tradução, não se trata de partir de uma regulação das controvérsias, seguindo este raciocínio, se estabelece dentro do estabelecimento de estratégias de aliança entre “fracos” e “fortes”, inscrevendo-se deste modo entre redes sociais e institucionais. Neste campo de envolvimento, se observam relações de simetria e dissimetria, um movimento em que os pontos fracos se tornam fortes e os fortes se tornam fracos, em que tais inversões possibilitam desencontros e reencontros.

Latour indica que antes de fazer “ciência política”, trata-se de traçar “políticas científicas”, no sentido de qualificar a fecundidade relativa das “experiências coletivas” (Latour 1999:266). Para evitar recair em uma repetição de tratados de política científica açambarcados e esterilizados

pelos políticos e pelos cientistas, o trabalho aqui apresentado se resume, antes, em indagações a partir de uma reflexão no sentido do exame da significação das relações entre política científica e política ambiental para a ‘ambientalização dos conflitos’ que, na região de Tefé, implicou uma realimentação das reivindicações e dos movimentos indígenas.

A historicidade das mobilizações indígenas no Médio Solimões

No Médio Solimões, a figura da mobilização territorial indígena remonta a 1929, quando após lutas identitárias lideradas pelos índios Miranha, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios, órgão antecessor da FUNAI) demarcou a aldeia da Méria e, em 1930, delimitou o Miratu. A partir dos anos 80, verificou-se o revigoramento do ‘movimento dos índios’ – tal como é categorizado por eles, que aparece associado aos conflitos de terra atuais e às antigas lutas. Em 1987 foram demarcadas as terras indígenas Méria, Miratu, Marajá e Jaquiri, e reconhecidas pelo Estado através da FUNAI, as seguintes Terras Indígenas: Jaquiri, Igarapé Grande e Betel (Cambeba), Barreira da Missão (Ticuna) e Nova Esperança (Cocama). As terras Canamari (Maraã Urubaxi e Paricá), Macu (Buá-Buá e Apaporis) e Miranha (Cuiú-Cuiú) do Japurá foram delimitadas pela FUNAI em 1987, consideradas por esse órgão conjuntamente com o Médio Solimões, não só pela proximidade geográfica, mas também pelas redes de relações entre esses índios. Àquele momento, também se apresentava a reivindicação territorial das comunidades Ticuna de Porto Praia e Tupã-Supé, visto que os Ticuna que ali viviam tinham laços parentais de afinidade com os Miranha de Miratu.

A identidade Miranha é a identidade preponderante na história dos movimentos étnicos em Tefé. Isto não significa que os Miranhas constituam um modelo ideal de organização étnica na qual se pautem o movimento indígena. Observam-se nos territórios Miranha da Méria e Miratu conflitos intestinos que implicam em cisões. Além disso, a demarcação de terras não significou a fixação de coletividades em territórios isolados: eles estão inseridos no circuito rural-urbano tanto em termos de seus ‘negócios’ e das suas relações com a ciranda mercantil/financeira, quanto

na busca de serviços - sobretudo saúde e educação. Sua interação com a rede de relações sociais do campo político regional está associada à constituição da cidadania e da participação na *polis*. Neste sentido, os Miranhas constituem um exemplo significativo quando se pretende analisar os movimentos étnicos, os quais estão em relação com todo um campo de identidades e formas de mobilização étnica e social que aparece na esfera regional.

A participação indígena no Médio Solimões, portanto, não se restringe a uma única etnia. Inicialmente, eram mais visíveis os representantes Miranha, e um deles, que tinha trânsito no movimento sindical em Manaus, integrou a diretoria eleita da União das Nações Indígenas em 1981, eleição esta referendada no Encontro dos Povos Indígenas do Brasil, realizado em Brasília em 1982. No decorrer do tempo, contudo, representantes dos Cambeba, Mayorúna, Cocama e Ticuna do Médio Solimões também passaram a se destacar no campo indigenista e participaram ativamente da organização da UNI-Tefé (União das Nações Indígenas), fundada em 1989. Construíram, a partir de então, mecanismos de sociabilidade indígena, como as viagens de articulação, assembleias, encontros e ajuris (troca de trabalho familiar ou comunitário) intertribais, juntamente com povos indígenas do Japurá, Juruá e Jutai (Maciel 2003). Vários desses representantes do movimento indígena no Médio Solimões têm integrado a diretoria da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Quando foi criada a Estação Ecológica Mamirauá, em 1991, já existia uma área indígena dentro de sua jurisdição: a TI Cambeba do Jaquiri, demarcada em 1987 pela FUNAI. Os Cambeba já participavam de mobilizações de defesa de seus lagos desde o início dos anos 1980. Em 1982, índios Miranha e Cambeba, reunidos em um ajuri intercomunitário, apreenderam uma canoa de pescadores que realizavam pesca predatória no lago do Jaquiri, e foram intimados a depor na delegacia de polícia de Tefé (Faulhaber 1987a, 1987b). Àquela época a legislação ambiental não era levada em conta pelas autoridades policiais, que consideravam que manter a ordem era garantir os interesses de grupos poderosos, como a ‘Colônia de Pescadores’ que servia como um órgão de defesa dos interesses dos proprietários dos barcos pescadores, sediados em Tefé. Os Cambeba argumentaram que estavam agindo de acordo com as instruções da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento

da Pesca) preservando lagos que também eram reservatórios de peixes que serviam de alimentação para outras comunidades ribeirinhas.

Os movimentos espontâneos de ribeirinhos eram incentivados pela Pastoral da Pesca da Prelazia de Tefé, dirigida pelo missionário Irmão Falco, que ajudara a definir as categorias de *lagos de preservação* (procriação, manutenção e reserva). Muitos agentes pastorais que trabalhavam *semivoluntariamente* em atividades sociais da Prelazia passaram a ser contratados pela EEM (Estação Ecológica Mamirauá), que deste modo absorveu a experiência previamente acumulada.

Desde a ‘descoberta da América’ o discurso sobre o índio realiza projeções do espírito colonialista (Faulhaber 1997a), que representa a reinvenção das etnias preexistentes reinterpretadas dentro do referencial da cultura do contato. A constituição da identidade de caboclo também se refere ao processo de colonização e de formação do campo político regional na Amazônia. A identidade Miranha apareceu, desde os naturalistas, como uma alegoria da expressão regional da consciência nacional, que implica a reinvenção da brasilidade, em seus aspectos contraditórios: implica tanto a ideia de subserviência, quanto a de interiorização (no sentido de fuga para o mato). A partir dos anos 60, com a ocupação militar da Amazônia, a identidade de índio (genérico) passou a representar uma exacerbação do pensamento mítico: por alguns é exaltado como a expressão da originalidade regional e nacional, por outros é vista como um anacronismo, uma ideia explorada por interesses contrários à soberania nacional. Tanto em uma posição quanto em outra aparece a ideia de alteridade.

O projeto Mamirauá

No final dos anos 1990, Márcio Ayres e Débora Lima-Ayres realizaram pesquisas acadêmicas que resultaram na criação da Estação Ecológica Mamirauá como uma unidade de conservação definida pelo Governo do Estado do Amazonas, em uma área de várzea (floresta inundável). Segundo a legislação agrária, as áreas de várzea são de propriedade da Marinha. Tratam-se, no entanto, de terras ocupadas por ribeirinhos (pescadores, agricultores, extratores) inseridos na rede mercantil, caracterizada pela exploração comercial controlada por atravessadores

sediados nas cidades. A ocupação agrícola e extrativista da terra tem por base na região a ocupação familiar, sendo que tradicionalmente as áreas de mata e os lagos são apropriados segundo um sistema de uso comum. Os recursos destas áreas também são disputados pelos comerciantes e atravessadores (madeireiros, peixeiros e grandes proprietários) que não moram ali e se utilizam do acesso aos meios de comercialização para controlar a exploração. O movimento ecológico emergiu associado à luta pela sobrevivência, e a estratégias de uso comum por unidades familiares de ribeirinhos dos lagos disputados pelos denominados invasores, principalmente barcos para pesca comercial e exploração madeireira.

O Projeto Mamirauá é uma das primeiras experiências em manejo na qual o homem é considerado como parte do ecossistema, e que representou um investimento deliberado na conjugação de trabalhos de extensão e na formação de uma base científica sólida sobre os principais recursos econômicos do ecossistema na área focal do Projeto, na várzea do Médio Solimões, através de um processo dinâmico, multidisciplinar e multi-institucional (Sociedade Civil Mamirauá/CNPq/IPAAM, 1996).

O projeto considera a relevância do conhecimento local sobre os recursos naturais como a pesca, exploração de madeira, caça e outros produtos, conhecimentos estes empregados nas relações socioeconômicas da subsistência da população rural. Embora este não seja o único critério de avaliação da qualidade acadêmica, o conhecimento local é considerado pelo projeto como um aspecto indispensável da geração de conhecimento científico aplicado ao manejo das espécies e à reprodução social (Bases Científicas do Plano de Manejo Mamirauá:377).

A garantia dada à população local da manutenção do seu modo de vida é considerada, dentro de uma perspectiva ética, como constitutiva dos objetivos reserva e da metodologia de manejo dos recursos naturais. As atividades de extensão são integrantes da produção de conhecimento científico e do plano de manejo, na utilização de metodologias inovadoras, como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

O projeto tem interesse na capacitação da equipe de extensão, incluindo os assistentes, selecionados entre os moradores da reserva, que atuam em educação ambiental, saúde e nutrição. O núcleo de integração política busca intercâmbio com outros projetos que atuam nesta área, além da capacitação de lideranças, e multiplicadores comunitários. Os esforços se conjugam em termos da busca de alternativas econômicas

para compensar o impacto socioambiental. As alternativas econômicas são ampliadas através de estratégias inovadoras, como o investimento em uma zona de manejo em ecoturismo (Plano de Manejo...55), propondo que seu retorno seja revertido tanto para a pesquisa quanto para a melhoria da qualidade de vida da população local. Constam entre as prioridades da RDSM: preservar a biodiversidade, efetivar o Plano de Manejo, monitorar os impactos desta efetivação e melhorar a qualidade de vida da população.

Como unidade de pesquisa, O Instituto Mamirauá propõe combinar pesquisa básica, pesquisa aplicada, longa permanência em campo e conhecimento das populações locais. Grande parte de seu corpo de pesquisadores e agentes de extensão são bolsistas do CNPq e do Mercado Comum Europeu, que carecem de estabilidade e de garantias contratuais.

Os pesquisadores de campo têm uma participação como mediadores entre os interesses dos usuários da reserva e outros atores locais. Seguem as orientações da direção do projeto, sediada em Belém, em termos de uma intervenção na melhoria da qualidade de vida dos usuários da reserva, em sua maior parte ribeirinhos pobres, aos quais é historicamente negado o trânsito livre pelo território da cidadania, e o acesso às benesses da sociedade moderna. Impõe um dilema ético com a necessidade de conciliar interesses conflitivos, como os destes ribeirinhos pobres com os dos proprietários de grandes barcos pesqueiros que dispõem de condições de armazenamento da pesca, e têm condições de controlar o mercado local, no qual a população urbana, com altas taxas de crescimento, compra os peixes para sua alimentação. A ação não controlada da pesca comercial, no entanto, pode comprometer os objetivos de preservação propostos pela RDSM. Os pesquisadores e extensionistas agem no sentido de garantir estes objetivos, sem ferir os acordos que necessitam estabelecer com atores dominantes, o que passa por mediar interesses muitas vezes conflitantes. O projeto busca construir processos de comercialização alternativa, mas, no entanto, tem encontrado barreiras na própria legislação ambiental, que legaliza a pesca comercial em grande escala e interdita a comercialização por pequenos produtores residentes em unidades de conservação. O próprio comprometimento do projeto impõe restrições à autonomia da prática científica, que fica condicionada aos interesses locais com os quais interage. As possibilidades

de generalização desejáveis à progressão *teórica*, ficam restritas à área focal da RDSM.

O envolvimento dos pesquisadores e extensionistas os coloca dentro de um campo de relações em que se produzem as práticas da sociedade local, bem como se reproduzem as ideias pré-concebidas. Estas práticas e pré-concepções, intrínsecas ao saber local não podem ser desconsideradas pela investigação científica, mesmo porque muitos de seus princípios entram em choque com o livre desenvolvimento científico. O desconhecimento da real situação por atores e instituições políticas para-locais é uma outra forma de saber que pode se apresentar como anticientífica. Os avanços neste campo não se fazem somente com o comprometimento com o real, mas também com o distanciamento crítico no sentido de uma avaliação objetiva das reais alternativas de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional e definição de políticas de intervenção. A circunscrição do PM a uma área focal mostra problemas que dizem respeito a dificuldades de generalização, possível a partir de um cotejamento com outras situações e outras problemáticas.

Os movimentos de ribeirinhos caboclos se organizaram com relação ao campo ambiental. Como pescadores, extrativistas e lavradores que vivem às margens do Solimões, são considerados usuários de terras de âmbito estadual, ou seja, do Governo do Estado do Amazonas (que goza de autonomia administrativa e orçamento próprio no âmbito federativo). Ainda que o Instituto Mamirauá extrapole o âmbito estadual, uma vez que foi criado como um instituto de pesquisa integrado à política científica nacional no Brasil, e muitos projetos ambientais tenham sido financiados por agências internacionais de fomento à pesquisa biológica. As reivindicações territoriais e patrimoniais indígenas são relativamente independentes da política ambiental e encontraram suporte no campo da política indigenista. Segundo a legislação especial, os índios têm direito de posse sobre as terras de propriedade da união, o que lhes dá certa margem de controle sobre os direitos de uso dos recursos naturais que não são reconhecidos aos pequenos produtores não índios. Mas o movimento da alteridade extrapola os jogos de interesse econômicos, uma vez que a emergência da identidade indígena envolve a reversão do estigma e esta por sua vez tem sido associada à valorização positiva da sua auto-imagem enquanto povos autóctones.

Preservação ambiental e identidade indígena

Os Cambeba informam que, após a definição da área da EEM, posteriormente transformada em RDSM (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), os peixeiros continuaram entrando no lago do Jaquiri para devastá-lo, uma vez que em sua entrada não havia placa como no Lago do Mamirauá. Os Cambeba passaram a participar das reuniões da EEM e conseguiram autorização para fiscalizar o lago do Jaquiri. Assim como os Cambeba, os Mayorúna da Terra Indígena do Marajá – na margem direita do Solimões, próxima à boca do Mamirauá – são usuários dos lagos da EEM e participam das assembleias.

A decretação da EEM teve como resposta uma reafirmação étnica, que para os indígenas estava associada à garantia do direito de não respeitar as bandeiras ecológicas, a exemplo dos pescadores invasores (Faulhaber 1997b). Mas à medida que tomaram conhecimento das atribuições da FUNAI e de suas relações como a política ambiental, passaram a buscar boas relações com as agências da sociedade envolvente e se reconhecer no seu território agora identificado e delimitado conforme os procedimentos institucionais.

Os trabalhos de identificação e delimitação – por grupo técnico (GT) constituído pela FUNAI – de terras indígenas do Médio Solimões e Japurá, em 1994 e 1995, abrangeram as consideradas ‘áreas problema’ pelos atores sociais locais no campo político regional Cuiú-Cuiú (Miranha) Porto Praia, Tupã Supé (Ticuna) e Igarapé Grande (Cambeba). A partir daí foram delimitadas as terras indígenas usuárias da EEM: Cuiú-Cuiú no baixo Japurá e Porto Praia na boca do Copacá, dentro da Estação. As áreas de Tupã Supé e Igarapé Grande não disputam diretamente os territórios controlados pela EEM, mas se apresentam também no contexto dos movimentos étnicos do Médio Solimões.

No processo de reconhecimento das terras Ticuna do Porto Praia e Miranha do Cuiú-Cuiú, no entanto, registraram-se mal-entendidos. A mobilização étnica, associada à reivindicação territorial, era considerada ‘perigosa’ pelos representantes do Projeto Mamirauá, sendo a possibilidade de interlocução com a instituição indigenista interpretada como

garantidora do direito de desrespeitar as bandeiras ecológicas². Deste modo, mobilização territorial em Terras Indígenas ainda não consideradas pela FUNAI era considerada como prejudicial à EEM, sendo seus representantes encarados como antissociais e antiecológicos, e propensos a negociar com atravessadores e intermediários proprietários de barcos pesqueiros e frigoríficos, que agenciavam a exploração dos recursos ambientais na área de jurisdição da reserva.

A complexidade da situação evidenciou-se no processo de identificação dos limites entre os interesses daqueles que disputam recursos comunitários na várzea, que é um processo bastante complexo. Como se trata de área de floresta inundável, no período da enchente os acidentes geográficos desaparecem, tornando-se difícil determinar onde terminam e onde começam os vestígios das roças individuais e das áreas de uso comum. A cheia é ainda mais problemática porque, além de ser um período de escassez de pesca, o avanço da água propicia a extração da madeira de lei, gerando disputas entre os próprios membros das comunidades que, de acordo com a demanda de seus grupos de referência, são levados a permitir a pesca predatória e a extração clandestina de madeira, muitas vezes em trocas pouco compensadoras.

Como houve contestações às identificações de 1994 e 1995, decidi distanciar-me do processo de modo a deixar que os próprios atores sociais resolvessem suas divergências. Afinal, os processos de identificação e delimitação das terras indígenas Ticuna de Porto Praia, Tupã Supé e Cambeba de Igarapé Grande foram publicados no Diário Oficial da União e as demarcações, realizadas ao longo dos anos subsequentes, foram homologadas em portaria presidencial de 19/04/2004. Até então as reivindicações indígenas eram articuladas em torno da UNI-Tefé, ex-

² Em documento redigido pela Coordenação do Projeto Mamirauá, foram tecidos questionamentos sobre a pertinência da Terra Indígena Porto Praia, por tratar-se de uma área de várzea considerada como “Protegida pela EEM e por ser uma área onde existe a tentativa de divisão (organização do uso do território), com apoio e mediação de vários agentes”. O documento apresenta também apreensão quanto a possíveis “implicações e repercussões advindas da identificação e possível demarcação desta área indígena entre os moradores e entidades da região” (Reis 1995:1). Ainda que os gestores do Mamirauá construam a representação de uma terra de propriedade comum (Moura 2009:3), de fato os ribeirinhos e extrativistas têm somente o direito de uso controlado das terras que são propriedade da união.

tinta em 2006. Tal lugar aglutinador das mobilizações indígenas passou a ser ocupado a partir de 2008 UNIPI-MAS ou União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (Souza 2010:4). Esta entidade foi criada em 1989, em reunião da UNI-TEFÉ por mim presenciada (Faulhaber 1998). Com o fim da organização mãe, a UNIPI-MAS veio a se fortalecer e ampliar.

Os limites territoriais das terras indígenas de Tefé são construídos dentro de um campo de forças conflitantes, de modo que não se trata de um processo evolutivo e natural no qual vão progressivamente desaparecendo as diferenças étnicas. No entanto, os acontecimentos registrados na região indicam as lutas sociais que envolvem o reconhecimento de categorias sociais mais amplas (pescadores, produtores rurais), o que não implica necessariamente o desaparecimento das identidades e da alteridade dos conflitos étnicos. Efetivamente, todos eles podem ser conceituados como campesinato se examinados da ótica da expropriação/expatriação, ou pequena produção mercantil se entendidos a partir da análise da diferenciação. Uns e outros estão inseridos no circuito rural-urbano.

A despeito de um processo em curso de constituição de categorias étnicas genéricas e uniformizadoras, registra-se a diferenciação étnica, referida a etnias específicas, que reivindicam um lugar na sociedade, sem que isto signifique necessariamente o segregacionismo. É tarefa da Antropologia mostrar que os movimentos sociais não podem ser entendidos apenas de modo globalizante, mas implicam a manifestação de identidades referidas a lealdades primordiais.

Foi observado, no decorrer dos trabalhos de identificação, que as relações entre índios e não índios podiam se apresentar como relações de oposição social, tal como ocorreu, por exemplo, no Igarapé Grande, onde os posseiros são considerados invasores pelos Cambebas. Esta relação de oposição também se registrou no Cuiú-Cuiú, onde não índios foram acusados de exploração pelos Miranhas. No Porto Praia, ainda que as relações sejam conflitivas entre índios e não índios, os Ticunas e não índios vizinhos parecem incluídos no mesmo tipo de relação social: apresentam-se como ribeirinhos, categoria que aparece em contraste com os peixeiros, madeireiros e comerciantes de fora. Inicialmente, alguns Ticunas foram acusados de atuarem como intermediários dos 'atravessadores', mas com a mudança de liderança não apareceu mais este tipo de

denúncia. A estigmatização do índios aparece num sistema de relações que implica o acionamento de preconceitos contra a identidade indígena (Faulhaber 1996;2011b). A análise do equívoco da reificação de tais preconceitos por agências governamentais e da sociedade civil foi reforçada em Mendes (2008). A crescente mobilização indígena no Médio Solimões e Japurá foi examinada por Souza (2010).

As relações de oposição aparecem à medida que, num processo de ruptura com os padrões tradicionais, membros de cada grupo social se reconhecem no casulo de suas ‘comunidades imaginadas’, projeções que encontram apoio em projetos externos e não necessariamente coincidentes entre si, informados por diferentes formações discursivas, e por um sistema de dominação paternalista ainda em operação. Nas mobilizações indígenas se interage com o campo do indigenismo e no projeto Mami-rauá se entra em contato com o campo da ecologia. Dentro da perspectiva de uma antropologia crítica, cabe identificar as diferenças entre as posições, as inversões de sentido e as inversões entre posições, e as redes de sociabilidade tecidas a partir do fio do interdiscurso reinterpretado. E reconhecer que os grupos sociais não são unidades populacionais fechadas, mas redes sociais móveis, que são o resultado de um processo dinâmico de interações.

No modelo de tradução, busca-se uma síntese dinâmica baseada na tradução entre as disciplinas e a relação de ‘realimentação’ entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível de uma “ciência em movimento”. Apesar da simetria dos pontos de vista dos investigadores de ciências sociais e naturais segundo resultados práticos, as controvérsias subjacentes, contribuíram ao desenvolvimento das investigações e da intervenção. Tais divergências estão relacionadas com a definição de categorias sociais, que, instituídas em uma situação de dominação, emerge de uma rede de relações conflitantes. Os índios e ribeirinhos pobres são vistos pelas elites locais como ‘caboclos’. A análise crítica destaca o uso da noção de caboclo como uma terminologia imposta pelos agentes de governo, as elites locais e os formadores de opinião cujo discurso serve como justificativa para a dominação. A classificação de caboclo serve como um estigma que se estende tanto aos indivíduos pobres em geral, quanto aos povos indígenas em particular. Este discurso está na base da formulação de muitos dos planos governamentais e políticos, assim como dos movimentos étnicos e de ribeirinhos pobres. Categorias ambí-

guas como a de caboclo são utilizadas como uma maneira de encobrir o conflito inerente às relações sociais.

A intervenção governamental institui mecanismos de participação que passam por formas de organização burocrática. A categoria ‘caboclo’ constitui uma modalidade negativa, que envolve a discriminação étnico-social. Com a organização das lutas sociais, começam a surgir modalidades positivas, dentro das quais as categorias socialmente estigmatizadas passam a representar-se como dignas de incorporar os instrumentos de intervenção e reivindicar direitos de cidadania como o acesso à terra, à educação e à saúde. Quando estes instrumentos são incorporados por categorias étnicas estigmatizadas, o que implica a criação de organizações representativas de coletividades estruturadas, aparecem outras modalidades negativas de interpretação, que passam a ver aqueles que advogam direitos especiais para os indígenas como antissociais. Quando transita pelo mundo civilizado, reivindicando a afirmação de uma categoria etnicamente discriminada, o índio é visto como impostor, ‘metido a ser índio’. A análise de tal reivindicação revela os vínculos da cadeia de dominação e os mecanismos de diferenciação social.

Conclusão

O curso dos acontecimentos indica que as lutas sociais envolvem o reconhecimento de categorias sociais tais como pequenos produtores, trabalhadores rurais, extratores, pescadores, o que não implica necessariamente o desaparecimento das identidades e dos conflitos étnicos em processos envolvendo a alteridade indígena. A despeito de um processo em curso de constituição de categorias genéricas e uniformizadoras como caboclo ou ‘índio civilizado’, registra-se a diferenciação étnica, referida a etnias específicas, que reivindicam um lugar diferenciado na sociedade, sem que isto signifique necessariamente o segregacionismo. Os movimentos sociais não podem ser entendidos apenas de um ângulo globalizante, mas implicam a manifestação de identidades referidas a lealdades primordiais tal como os povos Miranha, Cambeba, Mayorúna, Ticuna. Isto não significa que os objetivos dos índios sejam necessariamente contrários à preservação ambiental. Uma vez que haja disposição para o entendimento de que se trata de preservação de um patrimônio

para os próprios membros da comunidade, têm sido registrados acordos que levam a uma colaboração entre todos no sentido de garantir a proteção dos recursos socioambientais, como ocorreu desde os primeiros tempos da ‘ambientalização dos conflitos’, com a participação nas lutas ecológicas dos Cambeba do Jaquiri e dos Mayorúna do Marajá, cujas terras foram reconhecidas antes da criação da EEM, atuando como fiscais nas atividades de preservação ambiental.

A partir da maior visibilidade nacional e internacional da União das Nações Indígenas de Tefé, quando passou a administrar o DSEI/MS (Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Solimões) e cujos dirigentes tornaram-se personalidades políticas reconhecidas na esfera pública local, o processo de articulação entre os movimentos indígenas e ambientais mostrou que a afirmação étnica, enquanto representação de uma valorização positiva dos direitos e deveres de cidadania, leva a implicar a construção de alianças entre indivíduos pertencentes a segmentos que ocupam posição simétrica na estrutura social, que deste modo passam a fazer valer seus interesses diante dos interesses de grupos poderosos que orquestram a exploração socioambiental.

A emergência de lutas indígenas ambientais, baseadas em mobilizações de base territorial de povos indígenas no Japurá e no Solimões continua se registrando, ainda que não se vislumbre, na atual situação de crise das relações entre políticas públicas e movimentos indígenas e ambientais, possibilidade de intervenção governamental para atender novas reivindicações de demarcações de terras. Não obstante, a ‘ambientalização dos conflitos’ tem sido acompanhada por uma ‘patrimonialização’ dos produtos culturais indígenas no Médio Solimões, a exemplo de experiências em curso de ‘musealização’ dos patrimônios indígenas.

Bibliografia

- FAULHABER BARBOSA, Priscila. 1983. *Índios Civilizados’: etnia e alianças em Tefé*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- _____. 1987a. *O navio encantado: etnia e alianças em Tefé*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

- _____. 1987b. *Entrosando: questões indígenas em Tefé*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.
- _____. 1992. *O Lago dos Espelbos: um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios de Tefé/AM*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.
- _____. 1996. Mouvements ethniques et paternalisme dans un territoire indigène en Amazonie. In LENA, Philippe; GEFFRAY, Christian; ARAUJO, Roberto (eds.): *L'Oppression paternaliste au Brésil*, pp. 207-16. Paris: Karthala.
- _____. 1997a. A reinvenção da identidade indígena no Médio Solimões/Japurá. *Anuário Antropológico*, 95: 83-102.
- _____. 1997b. Relatório de identificação e delimitação da A. I. Porto Praia. In FURTADO, Lourdes (ed.): *Amazônia: desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida*, pp. 1-30. Belém: UFPA.
- _____. 2001a. Refractions de mémoire dans un processus de d'identification Ticuna. In ROBERT, Pascale de & FORLINE, Robert (eds.): *Atelier de Caravelle: Dialogues amazoniens – études indigénistes du Museu Paraense Emilio Goeldi (Brésil)*, pp. 63-74. Toulouse, France: Ipealt/UTM.
- _____. 2001b. Identificación de poblaciones, indianidad y ambientalismo: las redes sociales en Tefé. In CALVO, Carlos E. Franky & BOTÍA, Carlos G. Zárate (eds.): *Imani Mundo: Estudios en la Amazonía Colombiana*, pp. 289-303. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Unilibros.
- LATOUR, Bruno. 1989. *La Science en action*. Paris: La Découverte.
- _____. 1999. *Politiques de la nature: Comment faire entre les sciences en démocratie*. Paris: Gallimard/ La Découverte.
- LIMA-AYRES, Débora de Magalhães. 1992. *The Social Category Caboclo: History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region (the Middle Solimões)*. Doctoral Thesis. Cambridge: University of Cambridge.
- LOPES, J. 2004. Introdução. In LOPES, José et al. (eds.): *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da questão ambiental*, pp.17-38. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. 2006. Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, 12(25):31-64.

‘Ambientalização dos conflitos’, indigenismo e lutas sociais

- MENDES, A.B.V. 2008. Ambientalização de direitos étnicos e etnização das arenas ambientais: populações tradicionais e povos indígenas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM). Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro – BA. (http://201.48.149.88/abant/arquivos/16_5_2008_10_33_16.pdf; acesso em 24/7/2011).
- MOURA, E.A.F. 2009. Mudanças sociais em tempo de modernização ecológica na Amazônia: a experiência de Mamirauá. Trabalho apresentado no GT 41 “Transformações sociais e projetos políticos em concorrência”, 33º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG.
- OLIVEIRA, João Pacheco de & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1989. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In OLIVEIRA, João Pacheco de (ed.): *Os poderes e as terras dos índios*, pp. 15-76. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- MACIEL, Benedito. 2003. *Identidade como articulação de novas possibilidades: etno-história e afirmação étnica dos Cambeba na Amazônia brasileira*. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
- REIS, Marise. 1995. Área Indígena Porto Praia: uma avaliação da pertinência de sua criação em área preservada e acompanhada da Estação Ecológica Mamirauá. (mimeo)
- SOUZA, Mariana O. 2010. O voltar a virar índio nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. *Atas da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia*, pp 1-20. Belém-PA.

Recebido em novembro de 2011

Aprovado para publicação em dezembro de 2011

